

—geopolítica de *participação na defesa da Civilização Ocidental* que também é a nossa;
—geopolítica de *colaboração continental*;
—geopolítica de *colaboração com o mundo subdesenvolvido* de aquém e além-mar;
—geopolítica de *segurança* ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos de poder.

Creemos firmemente se enquadre ela, a rigor, nas próprias aspirações e interesses nacionais. E, pois, plenamente satisfaça as duas condições primaciais a que deve subordinar-se a única Geopolítica, para nós, digna desse nome—ser uma geopolítica de fato atualizada e, sobretudo, ser uma geopolítica essencialmente brasileira.

BIBLIOGRAFIA*

1. *História Geral da Civilização Brasileira—I—A Época Colonial—I—Do Descobrimento à Expansão Territorial*—Direção: Sérgio Buarque de Holanda, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.
2. *Atlas do Brasil (Geral e Regional)*, IBGE, Rio, 1959.
3. *The Nature of Conflict—Studies on the Sociological Aspects of International Tensions*—The International Sociological Association and Jessie Bernard TH. Pear, Raymond Aron, Roberto C. Angell, UNESCO, Paris, 1957.

* Complementar à dos capítulos anteriores.

2.^a PARTE

I. GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA (1959)

INTRODUÇÃO

A O INICIAR esta série de ensaios sobre temas da geopolítica brasileira, não nos parece supérfluo—antes se nos afigura utilíssimo e mesmo indispensável—discutir a conceituação de Geopolítica e de Geoestratégia que nos deverá orientar nas apreciações objetivas que buscaremos fazer sobre o caso concreto do Brasil de hoje e de amanhã.

Sem dúvida, das primeiras—e não menores—perplexidades que assaltam a quem quer se detenha, algo atentamente, no estudo e apreciação comparativa do pensamento dos mais abalizados mestres da geopolítica, é essa de escolher criteriosamente, entre muitos pontos de vista divergentes e, em grande parte, indistigavelmente antagônicos, além de quase sempre emitidos sem rigorosa preocupação de serenidade científica, qual o que o norteará no desbravamento do amplo e feraz campo de conhecimentos, de relações e analogias, de teorias, perspectivas e interpretações do mundo ecumênico que invadem e permeiam hoje todo o domínio da Geografia, da Economia, da Estratégia e da Política.

Sabido é que geopolíticos—e dos melhores—foram muitos reputados mestres que analisaram, com clarividência e profundidade, as relações de poder entre as nações à luz dos condicionamentos geográficos de toda ordem, muito antes mesmo de que o professor escandinavo houvesse criado o nome de batismo que tanta ventura acabaria por ter. Sem falar em Ratzel, o verdadeiro desbravador da antropogeografia e da geografia política, com suas afamadas leis do crescimento dos Estados e seus conceitos fecundos de espaço e de posição (*Raum und Lage*)—pois que a geopolítica nasceu ao influxo imediato de suas lições—basta que salientemos o nome de Mahan, esse incontestável expoente da doutrina da supremacia do poder marítimo que gizaria, em rumos sábios, toda a projeção inicial dos E.U.A. na senda das grandes potências mundiais. Não seria o caso de respigar aqui, em teóricos e práticos da política e da arte da guerra, de Vauban a Napoleão, de Maquiavel a Disraeli ou a Marx, inúmeros conceitos esparsos do mais puro quilate geopolítico; mas estamos certos de que farta seria a colheita e altamente instrutiva. E, a rigor, as páginas ainda hoje tão vivas e particularmente significativas para a era tormentosa que atravessamos, legadas à nossa cultura por Tucídides, ao narrar as vicissitudes daquele dra-

ma tremendo em que soçobrar a Grécia e o esplendor de toda uma civilização incomparável, oferecem impressionante paralelo, já muitas vezes ressaltado, e uma sugestiva ilustração, em miniatura mediterrânea, à moderna concepção de Mackinder sobre a luta tantas vezes renovada entre o poder terrestre ancorado em *heartlands* mais ou menos compactos e amplos e o poder marítimo envolvente das talassocracias.

Mas, além disso, deixando de lado o que já se chamou de pré-história da geopolítica, vale bem recordar que mestres nessa disciplina, assim reconhecidos por todos, são muitos que expressamente repudiam, horrorizados, esse título ou pelo menos fazem praça de ignorar soberanamente a existência dessa pseudociência, tão admirada por uns quanto desprezada e caluniada por outros.

Geopolítica, arte—Geopolítica, ciência; Geopolítica, ramo apenas da Geografia; Geopolítica, simples setor subalterno da Ciência Política; Geopolítica, perspectiva de uma estratégia global de nações; Geopolítica, cosmovisão política; Geopolítica equivalente a uma Geografia Política renovada, consistindo no fundo em simples aplicação desta ou ciência-arte nitidamente distinta; Geopolítica igual à Estratégia Geral ou a esta subordinada de fato; até mesmo uma Geopolítica-Geopolítica em oposição a uma execrada Geopolítica-*Geopolitik*, quando não uma estranha *Geopacifics*, inscrita por Griffith Taylor entre os domínios, desde sempre admitidos, de uma Geopolítica de paz e uma Geopolítica de guerra—eis aí apenas algumas das divergências profundas de conceituação sobre o que sejam realmente a Geopolítica, a sua finalidade, a sua amplitude, o seu método e a sua valia.

Tal confusão não é, porém, de forma alguma específica aos estudos geopolíticos.

De um lado, não menor é, ainda, a falta de uma sistematização definida e bem clara no domínio em geral das Ciências Políticas, apesar dos múltiplos esforços despendidos ultimamente até mesmo sob os auspícios da UNESCO. Ciências Políticas e Ciência da Política, Teoria Geral do Estado (*Allgemeinestaatslehre*) e Ciência ou Ciências do Estado (*Staatswissenschaften*), Direito Público Geral e Ciência do Direito, Política Internacional e Doutrina do Estado, Filosofia Política e Direito das Nações, Filosofia do Estado e Filosofia do Direito, Sociologia Política e Sociologia Cultural, e outras mais são disciplinas todas que se chocam e entre si disputam, com recíprocas acusações de espírito imperialista, apresentando limites dos mais imprecisos e uma multiplicidade perturbadora de conceituação e de métodos. E isso sem falar no transbordamento incessante e, ao que parece, inevitável de cada uma delas sobre outros domínios do conhecimento humano e o recurso freqüente a noções e teorias oriundas dos mais diversos campos de estudo—a Geografia, a História, a Psicologia Social e a Psicanálise tanto de Freud como de Adler

e Jung, a Ética, a Economia e a Ciência das Finanças, a Antropologia Cultural, a Demografia, a Estatística, a Sociologia em todos os seus complexos setores, desde a Ecologia Social, da Escola de Chicago, até a Sociologia do conhecimento, de Mannheim.

Por outro lado—e este é o ângulo que mais de perto nos interessa—o progresso vertiginoso da ciência aplicada e da técnica, sobretudo no que se refere à movimentação do homem e de suas riquezas e à difusão das idéias, ampliadas em escala nunca vista pelos novos meios de transporte e telecomunicações, através de todas as latitudes e todas as longitudes e por sobre quaisquer obstáculos dantes qualificados intransponíveis, tende a dilacerar e a explodir todo o sistema de compartimentação espacial que vinha caracterizando o mundo de nossos dias, desde que os Estados-Nações surgiram e se afirmaram no palco internacional como unidades soberanas de cristalização efetiva do poder. Neste mundo tornado, potencialmente, um só—como diz James Burnham, corrigindo o título famoso do ensaio de Wendell Wilkie— a brusca redução das distâncias a escalas quase provinciais, a transmissão por assim dizer instantânea das ações e reações entre Estados, o estreitamento dos contactos face a face entre nações mesmo que situadas em pólos antípodas num ecúmeno já sem desvãos nem confins, haveria de emprestar às relações internacionais um dinamismo potente e febril, uma multidimensionalidade que a todos os instantes extravasa, e largamente, do campo político tradicional para o militar, o econômico e o psicossocial, uma complexidade desconcertante que desafia os analistas e dificulta a tomada de decisões estratégicas, oportunas, adequadas e eficazes.

Nada do que um Estado resolva ou deixe de fazer no cenário internacional ou mesmo no próprio âmbito interno—já que estas últimas atividades necessariamente terão sempre repercussões exteriores, por enfraquecerem ou fortalecerem, em maior ou menor grau, o seu próprio potencial nacional—poderá ser realmente indiferente, nos dias de hoje, a outro Estado qualquer. E note-se que uma nação determinada, simples átomo mais ou menos carregado do poder que é a energia fundamental a animar todo o campo das relações internacionais, se encontra a defrontar-se com mais de oitenta* outros Estados, tantos quantos compõem a atual configuração política do universo e os quais se apresentam, além do mais, constituindo largas malhas de interesses mais ou menos solidários através de organizações das mais diversas—desde as associações para fins específicos, econômicos ou culturais, como muitas das ligadas à O.N.U. e, em certo grau, a União Latina, até os sistemas mais ou menos integrados de segurança coletiva—a O.T.A.N., a O.E.A., a O.T.A.S.E.—para culminar nos Estados

* Hoje, mais de uma centena.

confederados do tipo da Comunidade Britânica e nos Estados multinacionais como a U.R.S.S. e sua disciplinada coorte de países satélites. Imagine-se, pois, o complexo de relações bipolares, triangulares e multipolares, de intensidade e natureza variadíssimas, que envolvem cada Estado num emaranhado de tensões discordantes, hoje quando não mais é possível ignorar o mundo ao largo e confinar-se num recanto mais ou menos delimitado do globo até onde só chegassem as pressões de algumas poucas grandes potências de interesses universais e efetiva capacidade de ação à distância. Não há mais lugar para "esplêndidos isolamentos"—nem o isolamento seria possível, nem, se o fosse, poderia aspirar a ser suportável, quanto mais a ser esplêndido.

Ora, nessa tessitura de relações tanto de antagonismo como de cooperação—nunca, porém, de indiferença ou de alheamento—as velhas coordenadas a que se reportavam os estadistas no seu jogo sutil da diplomacia tradicional, e em que se enquadravam os militares quando chamados ao proscênio da luta, teriam de se diluir e desfazer-se para dar lugar a quadrantes mais amplos e horizontes mais despejados.

Não mais se consegue, com algo de precisão, delimitar a política interna dos Estados da política externa; a Estratégia transborda sobre a Política, penetrando-a toda; a guerra invade a paz, afigurando-se-nos hoje condição humana de caráter permanente e normal, já confundidas de todo as ações revolucionárias e subversivas com as atividades propriamente militares e colocadas em plano idêntico as ações ofensivas e defensivas conduzidas no campo econômico ou no setor da propaganda e da doutrinação ideológica; fala-se de tática política tanto quanto de táticas psicológicas ou financeiras; o arsenal das armas de ataque e de defesa enriquece-se, diferenciando-se ao extremo, com instrumentos dos mais heterogêneos, desde o *dumping* e o boicote até a persuasão ou intimidação pelo rádio e a imprensa, ao mesmo tempo que a técnica galga o espaço exterior com seus Sputniks de agora, seus vigias atentos de amanhã e suas plataformas de ataque de um futuro não remoto, e domestica e controla as mais terríficas explosões atômicas para entrega a domicílio do inimigo, através de alcances intercontinentais cada vez mais ampliados.

Os velhos temas e conceitos ganham sentidos novos por extensões sucessivas e ameaçam confundir-se todos na acepção mais geral:

—guerra não é mais só guerra, é também guerra econômica, é também guerra política, guerra psicológica, guerra de ideologias; a guerra civil como a revolução são também guerras; a guerra pode ser guerra fria e, como tal, permanente, insidiosa, multiforme—que será, então, a paz?

—a Estratégia deixa de ser apenas a arte dos generais, é tam-

bém estratégia econômica, estratégia política, estratégia psicossocial; há ainda uma estratégia a par de uma tática da ação subversiva, nas quais ambas foi mestre indiscutível Lênin; os economistas em seu planejamento esforçam-se por distinguir, a cada passo, variáveis estratégicas frente a variáveis não-estratégicas; os jogos de estratégia abrem revolucionário capítulo da análise matemática; e a estratégia pode ser tanto estratégia de paz como estratégia de guerra—que resta, então, da Política?

A noção de integração afirma-se cada vez mais em todos os rumos: a guerra é total e, pois, indivisível; não o é menos a própria paz; a Estratégia é geral, e, portanto, integrada; a Política também o é, por sua vez.

Nessa atual confusão generalizada de conceitos, a que não pode resistir a terminologia clássica, e acompanhada de não menor subversão de todos os valores sociais, tanto políticos como éticos, o que se impõe com urgência é uma clarificação e ordenação das idéias básicas, a estruturação—em caráter provisório e flexível, embora—de um renovado sistema conceptual que permita o esforço continuado e progressivo da análise e a fixação afinal de diretrizes seguras para a ação. E não menos indispensável é dispor-se de um tal quadro de noções fundamentais para que se possam efetivamente assimilar os resultados de estudos alheios, integrando-os numa só doutrina coerente e racional, doutrina que, para ser útil, deve estar bem assentada nas realidades nacionais, orientar-se pelas aspirações e interesses reais da nacionalidade, situar-se no plano limitativo das possibilidades que ofereça de fato o potencial nacional, enquadrar-se objetivamente no panorama conjuntural, projetado para um futuro previsível.

Sem uma doutrina assim, ampla e elástica, não haverá como acompanhar nem mesmo a evolução do pensamento político e estratégico que hoje progride a passos agigantados nos países líderes do mundo atual, ao impacto das contradições e antagonismos profundos desta hora que vivemos; não haverá, sobretudo, modo de absorver, em benefício nosso, os ensinamentos novos, as teorias modernas, as concepções revolucionárias que estão surgindo a todo instante, sem incorrer-se nos perigos de uma pseudo-assimilação erudita, mas fátua, que, na verdade, acabará por traduzir-se pelo caos nas idéias e pela paralisia na ação.

E no que respeita, em particular, aos estudos geopolíticos e geoestratégicos, ainda mais imperativo torna-se isso, porquanto —já o assinalamos— a confusão e aspectos contraditórios do que, por aí afora, se difunde sob aqueles rótulos, exigem cuidadosa seleção e enquadramento do que for julgado aceitável, em uma perspectiva doutrinária sólida, compreensiva e diáfana.

Aí está por que julgamos necessário nos reportar, no limiar destes breves e despretensiosos ensaios sobre Geopolítica, ao qua-

dro da doutrina de segurança nacional já em meditada elaboração entre nós por vários anos e a qual, satisfatoriamente, nos poderá oferecer a moldura onde situar, em seu justo papel e no seu âmbito adequado, tanto a Geopolítica como a Geoestratégia.

Como fio condutor na rápida apresentação daquele núcleo doutrinário, tomemos a noção de Estratégia e apreciemos a significação que tem hoje, discriminando-lhe as componentes tradicionais que a enformarão, ao lado das mutações revolucionárias que vem há pouco de experimentar.

2

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

QUANDO, em princípios do século XVIII, começou a ser empregado com um sentido técnico que acabaria por distinguí-lo em oposição ao domínio da tática, o termo Estratégia já carregava consigo todo um complexo de noções tradicionais que se haviam afirmado através dos tempos no contexto da arte militar antiga com a qual, como summa do saber dos generais, sempre se identificara antes.

Ora, esta era bem um amplo todo, não sistematizado ainda, em que se inscreviam a administração militar, o conhecimento e manejo das formações adequadas da tropa, a ciência das fortificações, a arte da chefia, o hábil recurso à propaganda de guerra e muito de um saber político pragmático e rude. Tanto a *Ciropedia* como os celebrados *Comentários* de César dão, a esse respeito, o mais claro testemunho. De qualquer forma, porém, os dois pólos dessa arte antiga se situavam nitidamente, de um lado, no choque da batalha cruenta e, de outro, no recurso imaginoso ao estratagema e à astúcia. Não que a batalha antiga fosse sempre daquelas “batalhas anônimas”, de simples desgaste frontal, de que Foch nos fala; Epaminondas em Leuctras como Aníbal em Canas, Alexandre em Arbela e Isso, Cipião em Zama e César em Farsália criaram os primeiros modelos das batalhas—manobras—penetração e rebatimentos, desbordamentos e envoltamentos simples ou duplos—combinações sábias de massas, de direções e de esforços, tanto no espaço como no tempo, que os grandes chefes militares da época moderna nada mais fariam que ampliar em escala sempre crescente e aperfeiçoar com maestria, valendo-se da incomparável flexibilidade e da potência multiplicada dos novos instrumentos de que dispunham na ação. Mas a batalha na antiguidade clássica era, de um modo geral, um lance que se aceitava ou se podia refugar—em seus campos for-

tificados, as legiões, por exemplo, desafiariam a paciência e gastariam todo o ardor de muito inimigo impetuoso. Rara, só muito raramente, a manobra *antes da batalha* obrigaria o adversário a travá-la em condições desfavoráveis. Nesse particular, Dario teria sido pioneiro extraordinário se realmente se houvesse dado devida conta do êxito estratégico sem precedentes que em Isso efetivamente alcançara, mas que a habilidade tática de Alexandre acabaria sepultando na derrota, sob o tropel de suas falanges disciplinadas e de sua cavalaria invencível. Epaminondas ficaria sendo, realmente, um mestre sem seguidores, pois somente Aníbal, muito mais tarde, saberia elevar-se ao plano das concepções de conjunto capazes de orientar toda uma campanha segundo uma idéia superior de manobra, flexível e ampla—a invasão da Itália promovida desde a base de operações criada, através dos anos, na Espanha pelo ódio indomável dos Barcas, e a genial marcha sobre Roma permanecem até hoje como obras-primas da arte. Nem o espírito de método que presidira os planos de Alexandre o Grande na sua conquista de todo o mundo do Oriente, nem a *horribilis diligentia* de César captariam, porém, a essência desse nível supremo da arte, quase de todo ainda imerso numa bruma pré-natal.

Assim, o contraponto da batalha seria, com vista a alcançar-se a surpresa e a produzir-se efeito psicológico por vezes decisivo, o estratagema, o ardil, o embuste em que também foi mestre incomparável o Aníbal de Trébia e do Trassimeno. “Enganar é tudo na guerra”—já teria ensinado Xenofonte. Mas foi do cartaginês insigne que se lamentariam os adversários: “Fomos antes enganados que vencidos”—diria Valério Máximo.

Esse binômio tradicional da arte militar, tal como atravessara esta toda a antiguidade clássica, persistiria ainda durante séculos, assistindo ao declínio da cavalaria de seu papel singular de arma de decisão e ao surgimento e melhoria das armas de fogo que levariam à profissionalização dos exércitos, tornados cada vez mais rápidos e tardos no seu desdobramento para a batalha e instrumentos tão caros e de difícil recuperação que uma política de objetivos limitados não deixaria de resguardá-los ao máximo.

Gêngis-Cã e Sabutai apenas iluminariam fugazmente um interregno brilhante, com suas extraordinárias manobras de pinças que só em tempos muito recentes poderiam encontrar paralelo, quando, outra vez, a mobilidade estratégica alcançasse, graças a engenhos novos, supremacia decisiva em teatros de operações favoráveis. No mais, a *vieille escrime*, com suas manobras e contra-manobras, envoltimentos e contra-envoltimentos, sítios e contra-sítios, suas recíprocas ameaças às linhas de comunicações e suas fintas sempre renovadas, responderia ao ideal da “guerra sem batalhas” que Massembach honestamente proclamara. Sur-

giria com isso, porém, e se desenvolveria um sentido logístico que reduziria as batalhas a simples atos, perigosamente decisivos embora e, pois, a evitarem-se sempre que possível, num quadro amplo de manobras que constituíam uma campanha em seu todo.

Destarte, as condições se haviam criado já para uma dissociação, no âmbito de uma arte de guerra em rápida evolução, de domínios distintos entre uma *estratégia*, orientadora da manobra tanto antes como depois da batalha, e uma *tática* circunscrita às manobras realizadas no próprio campo da luta.

A conotação entre Estratégia e Estratagema, salientada pelo radical etimológico comum e ainda bem viva nos tempos de Frederico, que recomendaria vestir-se o leão com a pele da raposa, iria aos poucos se esbatendo, à medida que, com os grandes efetivos resultantes da *levée en masse*, a organização divisionária—genial solução que permitiria manejá-los eficazmente, a ordem aberta que os subtrairia à chacina por um fogo já bastante mortífero, e com a aceleração e amplitude imprimidas às operações por uma mentalidade nova de que Carnot foi bem um expoente, criasse relevo cada vez maior o problema logístico das marchas, encarado como uma mecânica hábil, mas, na verdade, pouco sutil. Era a *grande tactique*.

Napoleão lhe imprimiria, porém, a marca das criações geniais e a manobra para a batalha, em 1796, como em 1805, 1806 e sobretudo em 1814, alcançaria o *status* supremo de legítimo artífice das vitórias. A movimentação coordenada das massas desde muito antes da batalha mas já com vistas a esta, a larga frente de desenvolvimento permitindo manter o inimigo na incerteza e na insegurança, as mudanças repentinas e desconcertantes de linhas e centros de operações assegurando maior liberdade de ação ou os dispositivos de expectativa estratégica, larga teia estendida em que se viria deixar envolver o inimigo desprevenido ante uma tão regrada dinâmica de massas sabiamente articuladas no espaço e no tempo—toda a manobra, ofensiva ou defensiva, anterior à batalha era um prólogo, mas um prólogo brilhante que condicionava muito de perto a vitória ou a derrota no ato decisivo de força.

Marengo, Waterloo, Wagram seriam, por assim dizer, exceções. Nunca a arte fora arte tão grande—tão grande que dela só se viu durante muito tempo uma única face, aquela que formaria o núcleo da tradição clausewitziana, a prolongar-se, cada vez mais unilateral e rígida, através de Von Moltke e Von Schlieffen, de Bonnal e de Foch.

Seria a batalha, o fundamental. Empregar batalhas para atingir os objetivos da guerra—a finalidade da Estratégia. Caberia a esta, pois, dizer onde e quando travar as batalhas, criando-lhes as melhores condições possíveis. Argumento único da guerra, a batalha seria todo o objetivo das operações estratégicas.

Foch pintar-nos-ia Napoleão sempre ansioso por travar a batalha decisiva e definiria uma campanha como uma sucessão de atos estratégicos, cada um deles culminando em uma grande batalha. Loizeau contraporía, na análise das manobras de ala de Ludendorff e de Foch, os êxitos estratégicos e os êxitos táticos, dentro de espírito semelhante. E Gamelin sintetizaria: “O êxito estratégico pressupõe, é evidente, como condição primária, o êxito tático.”

Era, afinal, a Estratégia a reboque da Tática.

É que, entre a velha estratégia que se propunha, como ideal, o ganhar a guerra sem travar a batalha, e esta outra estratégia em que o fim supremo, o alfa e o ômega seria a batalha, se situavam as duas décadas fulgurantes em que tantos nomes famosos—Montenotte, Rivoli, Marengo, Iena, Austerlitz—empanariam a visão. Estratégia brilhante e audaciosa, essa das grandes paradas decisivas em que se jogava—e com que sabedoria e intuição quase divinas—o destino de nações nas alturas de Pratzen, nos banhados de Arcole ou às margens do Saale. A maestria era sem igual e, pois, não deixaria perceber que essa estratégia não era, de forma alguma, toda a estratégia, nem a única estratégia, nem a estratégia sempre melhor.

Seria—e com toda a justiça—a estratégia *em tom maior*. Mas, a seu lado, uma estratégia *em tom menor* que Fábio, o Cunctator, tão bem esboçara ante a investida de Aníbal e na qual haviam brilhado Turenne, Montecuculi, Wallenstein e Tilly, mereceria também posição de relevo. Flexibilidade, senso das oportunidades fugídias, astúcia e ousadia sempre bem combinadas, largo emprego dos estratagemas e enganos—não exige, por acaso, um virtuoso, também, essa estratégia de objetivos limitados que evita a batalha para não perder a guerra e até ganha a guerra sem travar sequer uma batalha decisiva?

O grande mérito de Liddell Hart foi demonstrá-lo, situando a Estratégia em sua verdadeira missão que não é, de forma alguma, restrita à de ganhar decisivas batalhas, mas sim, muito mais ampla e variada, a de atingir determinados fins—políticos, econômicos ou psicossociais—mediante o emprego eficaz dos meios militares, através da batalha se necessário, pela manobra sem batalha sempre que for possível.

A batalha é, pois, um ato quase sempre decisivo, nem sempre, porém, indispensável. Atingir sem a batalha os objetivos visados será sempre muito mais acertado do que travar a batalha pela batalha, ainda que desnecessária. Toda estratégia deve obedecer, sem dúvida, a um justo balanço entre os resultados que se buscam e os riscos em que se incorre—daí, a noção hoje tão difundida, embora ainda pouco analisada, de risco calculado. Correr riscos desnecessários quando se possam alcançar resultados idênticos arriscando muito menos—é um erro que não poderá ser absolvido

pelo brilhantismo com que se jogue e ganhe aquela parada decisiva. Dito dessa forma, até M. de La Palisse o proclamaria, entre seus aforismos célebres. Mas a verdade é que muitos anos haviam de decorrer antes que se dissipasse a visão unilateral que o fascínio napoleônico, com toda a sua dramaticidade eloquente, imprimira ao pensamento militar do século dezenove e começos do vigésimo.

Ora, já a essa altura, limitada inferiormente pela Tática cujo âmbito mal ou bem se confinava à arte de dispor e manobrar as forças no campo de batalha, a Estratégia ameaçava transbordar cada vez mais ao plano superior da Política. A extensão insosfismável da guerra aos campos político, econômico e psicossocial justificaria, sem grandes discussões, o conceito de “guerra total”, de que Ludendorff se faria o maior paladino, mas poria em equação desde logo, em face da estreita interdependência de tantas ações diversificadas a se integrarem para um fim único—a vitória, o problema capital e incontornável da unidade de direção da guerra. Natural foi que Ludendorff, general derrotado apesar da inegável maestria de muitas de suas concepções estratégicas e táticas, proclamasse os erros dos políticos e censurasse acerbamente a falta de apoio dispensado, do interior do país, às operações militares que se haveriam de exaurir, de qualquer forma, justamente por isso. A tese da “punhalada pelas costas” aplacaria a consciência dos militares, mas os levaria inevitavelmente a pleitearem o império dos generais sobre toda a máquina governamental, pelo menos no período de guerra. O exemplo de Napoleão, chefe do governo e chefe dos exércitos, comandante e imperador, haveria de ser um precedente perigoso e um paradigma fácil. As lições teóricas de Clausewitz subordinando a Estratégia à Política, bem como os ensinamentos práticos de Von Moltke, o velho, sobre o justo enquadramento do general na conduta geral da guerra acabariam por ser postos de lado. E Ludendorff afirmaria sem quaisquer restrições: “a política, em seu todo, deve servir à guerra”.

Entretanto, a complexidade crescente da guerra total e o devassamento dos panoramas novos criados pela guerra econômica, pela guerra política, inclusive a subversiva, e pela guerra psicológica, cada uma com seus instrumentos próprios e suas técnicas particulares, não levariam muito tempo a circunscrever os militares em seu limitado papel. E se o reconhecimento afinal de que os mesmos princípios tradicionais da arte da guerra—o da economia de forças, o da segurança e da surpresa, o da massa e o da ofensiva, para não citar senão os principais—valiam igualmente nesses novos domínios da guerra ampliada, justificou plenamente a admissão de uma Estratégia Geral ou Grande Estratégia, integrada por componentes restritas aos diversos campos, entre os quais um deles, apenas, o militar—nem por isso se acei-

taria a tese duplamente imperialista de Ludendorff, que alçava a Estratégia Militar a posição sempre dominante no conjunto e, mais do que isso, a sobrepunha, e com ela a Estratégia Geral que já se esboçava, nitidamente em relação à Política.

O parecer de Liddell Hart, a que nos referimos antes, traduz neste particular, e com fidelidade, a moderna conceituação. E não se diga seja ele restritivo da Estratégia. Embora subordine sempre, com justeza, a Estratégia à Política, reconhece à Estratégia Militar uma amplitude que a faz abarcar igualmente as duas grandes modalidades, os dois estilos diversos da ação estratégica militar: a *Estratégia de batalhas*, adequada às circunstâncias em que o campo militar seja dominante em relação aos demais, e a *Estratégia de objetivos limitados*, que corresponde às situações em que se haja de buscar decisão alhures, no campo econômico, no político ou no psicossocial, por uma manobra de ala de novo estilo. A estreiteza das teorias que reduziam toda a arte a uma única faceta—a da estratégia de aniquilamento, tão do gosto germânico—parece, hoje, definitivamente superada. E a ameaça atômica colossal de nossos dias, no quadro de possíveis ações de retaliação em massa que só poderiam causar o aniquilamento recíproco dos contendores, não terá deixado de contribuir grandemente para este retorno à moderação e ao bom-senso.

A Segunda Guerra Mundial obrigaria, entretanto, a novo ajustamento dos conceitos de Estratégia e de Tática. Desta vez seria principalmente uma expansão do domínio tático, a consequência mais em evidência. O emprego em íntima coordenação de meios terrestres, aéreos e navais, sobretudo em operações anfíbias de envergadura nunca vista, poria em relevo uma Tática Combinada a crescer-se à Tática peculiar de cada uma das Forças Armadas e seu desdobramento hierárquico de acordo com os diversos instrumentos de ação que a estas integram. E, por outro lado, a despeito das teorias sedutoras de Douhet, de Mitchell e de Seversky postulando uma hegemonia decisiva do Poder Aéreo, das intermináveis disputas entre marinheiros e aviadores quanto ao controle das operações aeronavais, a experiência da passada guerra acabará, sem dúvida, por obrigar ao reconhecimento de que poder militar só há um único, integrado e indivisível, constituído pela combinação de meios terrestres, aéreos e navais, em proporção equilibrada de acordo com a natureza e a importância do papel que caiba, em cada período, à Estratégia Militar de uma dada nação ou coligação de nações. Assim sendo, haverá cada vez menos lugar para Estratégias peculiares a cada Força Armada—a Estratégia terrestre, a Estratégia naval, a Estratégia aérea irão se dissolvendo de todo na unidade compacta de uma Estratégia Militar integrada. Isso não implica, porém, em repelir a eventualidade frequente de serem atribuídas a elementos de uma dada Força certas missões estratégicas—as missões poderão

ser estratégicas e atribuídas pela Estratégia Militar; o cumpri-las não envolverá, porém, questões de estratégia, mas sim, cada vez mais, apenas considerações táticas, logísticas e técnicas. E, com o tempo, a unificação em processo, vencendo todos os obstáculos da tradição e da inércia, levará ao arquivo dos conceitos militares obsoletos a noção de Força Armada independente, tal como ainda a temos no momento atual.

Por outro lado, à extensão do ato da batalha terrestre ou naval no espaço e no tempo—batalhas de longa duração e se desenvolvendo em frentes e profundidades enormes—que já fora uma das características da Primeira Guerra Mundial, veio somar-se o prolongamento maior em ambas aquelas dimensões, permitido pelas ações aéreas desenvolvidas a longa distância e mesmo no intervalo entre períodos de contacto terrestre ou naval, as quais solidariam, em um só todo quase contínuo, operações antes profundamente dissociadas entre si, como atos bem distintos de uma campanha. A batalha perderia, assim, os contornos nítidos que a individualizavam no contexto de toda uma campanha, cuja unidade só era dantes assegurada, de fato, pela manobra estratégica. E mais se confundiriam, portanto, os limites antes relativamente precisos entre a Estratégia e a Tática militares, ampliando-se esta sobre domínios antes ressaltados à primeira.

Em contraposição, a Estratégia avançaria, por sua vez, ainda mais sobre o campo sempre destinado à Política, em particular à Política internacional.

É que surgira a guerra fria, insidiosa e incansável, no quadro do antagonismo formidável de nossos dias entre o Ocidente e o Oriente, pontilhada aqui e acolá de convulsas crises sangrentas, ora com aspectos mais característicos de subversão armada como na Grécia da ELAS e do EAM, ora assumindo aparência de verdadeira guerra entre nações como na península coreana. Punha-se, assim, em evidência o fato, antes quase despercebido em virtude da tradicional separação entre a Política e a Estratégia e entre os diplomatas e os militares, de que, na paz como na guerra, as relações entre os Estados obedecem aos mesmos princípios de ação e se conformam a tipos de manobra semelhantes, integrando, na verdade, uma só arte—a de promover e assegurar os Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos existentes ou presumíveis no âmbito internacional. E no âmbito interno, também—haver-se-ia de reconhecê-lo outrossim, em face do papel cada vez mais importante desempenhado, tanto na guerra propriamente dita, como na guerra fria, pela quinta-coluna telecomandada do exterior.

Estratégia do tempo de paz, a igual título que a estratégia de guerra, representaria a mais recente expansão de uma arte que deixara, há muito, de ser apenas simples arte dos generais, para se tornar parte superior e vital da própria arte do estadista. Ver-

dadeira estratégia de nações, seu instrumento de ação passaria a ser o *Poder Nacional*, integração dos recursos de toda ordem—políticos, econômicos, psicossociais e militares—de que cada nação dispõe para promover a consecução e salvaguarda das aspirações e interesses de um povo, consubstanciados em Objetivos Nacionais claramente definidos com atualidade e realismo. A Estratégia de hoje é, assim, a arte de fortalecer e aplicar, tanto na guerra como na paz, o Poder Nacional, para superar ou vencer—em certos casos, apenas diferindo ou contornando—os antagonismos que se manifestem ou possam vir a manifestar-se, no campo interno ou no âmbito internacional, em oposição mais ou menos frontal àqueles Objetivos Nacionais.

Parte excelsa da Política, a Estratégia veio a ser, afinal, toda a Política de Segurança Nacional.

É bem verdade—convém ressaltá-lo—que, em sentido ainda mais amplo, a Estratégia poderia ser definida como a arte de superar ou vencer antagonismos, atuais ou potenciais, desfavoráveis à consecução ou salvaguarda de determinados objetivos—e na medida necessária para que se possa promover efetivamente essa consecução ou salvaguarda. Antagonismos implicam, por outro lado, oposição de idéias, de valores, de objetivos ou fins e se caracterizam, quando atualizados, pela luta mais ou menos peritina, mais ou menos violenta, entre duas vontades oponentes, individuais ou coletivas.

Assim entendida, a Estratégia subordina-se sempre a fins ou objetivos que lhe são impostos de fora e seu papel consiste, afinal, em garantir a segurança indispensável à consecução ou salvaguarda dos mesmos. Inscreve-se pois, em qualquer caso, em outro domínio mais amplo—o de tais objetivos ou fins.

A autonomia, unidade e especificidade dessa Estratégia resultam da adoção de certos princípios fundamentais que lhe são privativos—os da surpresa e segurança, em primeiro plano, o da ofensiva, da iniciativa, da liberdade de ação e alguns poucos corolários a mais—sem prejuízo da aplicação simultânea de outros que pertencem, de direito, a uma teoria ou arte mais ampla da ação, *praxis* ou pragmática geral em que melhor se enquadram os celebrados princípios do objetivo, da concentração de esforços, da economia de meios e em cujo ramo coletivo ou social têm valimento o princípio da unidade de comando, o da disciplina intelectual, e o da organização hierárquica.

Na aplicação a casos concretos dos mais diversos e nos mais variados domínios, a Estratégia orienta sempre a escolha da linha de ação mais favorável entre várias alternativas e preside à decomposição ou desdobramento sucessivo de objetivos e linhas de ação, a partir dos objetivos iniciais recebidos, traçando esquemas de manobra a realizar e definindo-lhes as condições de execução.

Linhas de ação, esquemas de manobra são também denominados estratégias, na prática.

Dentro desse sentido muito geral, do que seja a Estratégia como arte, é que se pode admitir a categoria hoje consagrada dos chamados "jogos de estratégia", bem assim as expressões "estratégia do xadrez" ou "do futebol", "estratégia de um partido político", "estratégia da greve", "estratégia da concorrência econômica entre oligopólios" e outras que tais. Em qualquer domínio em que se verifique um entrelaço de interesses ou objetivos, competição de vontades ou luta entre indivíduos, entre equipes ou quaisquer grupos sociais—a Estratégia, *lato sensu*, tem justa e cabida aplicação.

Já o freqüente uso pelos economistas e até sociólogos do qualificativo "estratégico", como sinônimo de "dominante" ou "autônomo"—nas expressões tão vulgarizadas hoje de "variáveis estratégicas", "setor estratégico", "controle estratégico"—não se justifica de forma alguma, é abusivo e confusionista. E não se diga que as considerações acima são de todo bizantinas, pois seria desconhecer a importância crescente da contribuição que à arte militar, em vários dos seus setores, já tem prestado—e muito mais há de concorrer-lhe à perfeição, em futuro não distante—a extensão racional do conceito da Estratégia a domínios suscetíveis de tratamento matemático-científico. A pesquisa operacional é hoje um dos instrumentos mais fecundos em mãos dos chefes militares, fornecendo-lhes bases quantitativas em que fundamentar acertadas decisões, sobretudo através da análise e avaliação de operações ou de sistemas de armamento. A cinemática estratégica, baseada nas conhecidas equações de Lanchester e respectiva análise de probabilidades, permite desde já determinar as necessidades em equipes de combate para certas missões; prever e balancear, de acordo com o princípio do *minimax*, percentagens de perdas entre forças oponentes, o que tem especial aplicação no problema da atribuição de meios aéreos para o bombardeio estratégico dos centros industriais do inimigo; e até mesmo demonstrar, com elegância imprevista, o princípio da concentração de forças, precisando as condições que lhe asseguram o maior grau de validade. E a análise comparativa, através de coeficientes de eficiência, de certas táticas alternativas não tem sido dos menores serviços prestados pela pesquisa operacional na guerra moderna.

Mas voltemos à Estratégia que nos interessa e cujo campo específico é o da Segurança Nacional.

QUADRO CONCEPTUAL DA SEGURANÇA NACIONAL

A MODERNA CONCEITUAÇÃO, atingida, através de longa evolução, sempre—como vimos—no sentido de uma generalização cada vez maior, pelo termo Estratégia, tanto referido à arte em si mesma como à sua aplicação por um dado Estado (ou coligação de Estados) num determinado panorama conjuntural, exigiria um reajustamento de todo o quadro conceptual da Segurança Nacional (*esquema 2*).

Definir-se-iam, em primeiro lugar:

OBJETIVOS NACIONAIS—como a tradução das aspirações e interesses de todo o grupo nacional;

distinguido-se:

os *Permanentes* (O.N.P.)—expressando aspirações e interesses que perduram em determinada etapa, mais ou menos longa, da evolução do grupo nacional; como núcleo constante e universal aí figuram, sob formas mais agressivas e positivas ou mais defensivas e negativas, as idéias motoras de integração nacional, autodeterminação ou soberania, bem-estar e progresso;

os *Atuais* (O.N.A.)—representando a cristalização dessas aspirações e interesses, à luz das limitações impostas pelas possibilidades e circunstâncias do momento, em particular pelos antagonismos internos e externos, tanto existentes como presumíveis.

A POLÍTICA NACIONAL seria, pois:

—a governação do Estado com vistas à consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais;

e a ESTRATÉGIA NACIONAL poderia definir-se com precisão como:

—a orientação e direção tanto do desenvolvimento e reforço dos recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Ora, SEGURANÇA NACIONAL caberia defini-la, por certo, como:

—o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.

Resultaria, então:

—a ESTRATÉGIA é a POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL.

Assim sendo, a Política abrange a Estratégia, restringindo-se esta àquele setor da Política que se acha sob a influência, direta

ou indireta, de antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Conforme as circunstâncias—maior dinamismo das relações internacionais, maior dependência do Estado em relação ao exterior, presença de antagonismos mais perigosos e prementes, maiores vulnerabilidades da nação considerada—o âmbito da Estratégia poderá ampliar-se de muito e quase coincidir inteiramente com o da Política.

Em qualquer caso, a Política comanda a Estratégia, fixando-lhe os objetivos próprios—O.N.A., em função dos Objetivos Nacionais Permanentes. Aqueles são objetivos, pois, de caráter estratégico, enquanto os O.N.P. são objetivos políticos.

Cumpriria definir o instrumento de ação da Estratégia:

PODER NACIONAL—é a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Esse Poder Nacional é o instrumento unificado da Estratégia. Entretanto, para análise e planejamento, necessário é considerar quatro expressões inter-relacionadas do Poder Nacional: o Poder Político, o Poder Psicossocial, o Poder Econômico e o Poder Militar.

Com vistas às suas estimativas e avaliações sempre focalizadas num futuro mais remoto ou mais próximo, a Estratégia conceitua:

O POTENCIAL NACIONAL—expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psicossociais, econômicos e militares) suscetíveis de, em maior ou menor prazo, serem transformados em **PODER**, para fazer a guerra.

O Potencial considerado pela Estratégia é, assim, referido ao esforço máximo de que a Nação é capaz para enfrentar determinado antagonismo. Corresponde ao que também é denominado **POTENCIAL DE GUERRA**. É um máximo de Poder Nacional futuro, bem amarrado no tempo.

Como no caso do Poder, para fins de análise e planejamento, admitem-se também quatro expressões inter-relacionadas do Potencial Nacional, apesar do caráter unificado deste: Potencial Político, Potencial Psicossocial, Potencial Econômico e Potencial Militar.

Quer o Poder, quer o Potencial Nacional que, aliás, é afinal um Poder “em ser” ou “Potencial de Poder”, têm, pois, fundamentos políticos, militares, econômicos e também psicossociais—vale dizer demográficos, étnicos, culturais, sociais e éticos—além dos fundamentos geográficos que a todos os demais, por sua vez, condicionam mais ou menos estreitamente.

Por outro lado, embora a Estratégia Nacional seja uma Estratégia Geral, necessariamente integrada—para análise e planejamento, também consideram-se, relativamente aos campos político, psicossocial, econômico e militar, **ESTRATÉGIAS PARTICULARES**, subordinadas àquela e que visam a alcançar objetivos particulares fixados para cada um de tais campos (*esquema 1*).

Assim:

—a **ESTRATÉGIA POLÍTICA**—visando, em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa, em benefício da consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas considerados;

—a **ESTRATÉGIA PSICOSSOCIAL**—visando, em particular, a fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados;

—a **ESTRATÉGIA ECONÔMICA**—visando, em particular, a reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados; e

—a **ESTRATÉGIA MILITAR**—visando, em particular, reforçar a estrutura militar da Nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário.

De um modo geral, a cada Estratégia Particular cabe, especialmente, reforçar a expressão correspondente do Poder Nacional e enfraquecer ou destruir o Poder dos antagonistas considerados, mediante ações conduzidas no campo que lhe é próprio.

A rigor, cada uma delas aplica, nesse seu campo de ação específico, tanto os instrumentos que lhe são peculiares, como, através das Estratégias irmãs, os que são próprios destas. Concorrendo sempre várias Estratégias numa mesma ação, é normal classificar a esta pela denominação da Estratégia dominante. Em muitos casos, tão inter-relacionadas agem as Estratégias Particulares que seria completamente artificial querer separá-las com nitidez.

De qualquer forma, a Estratégia Nacional—em sua justa expressão integrada que é a única de fato real, ou nos aspectos particulares em que vem decomposta, apenas como expediente necessário à análise e ao planejamento—orienta a ação do Estado tanto na paz como na guerra.

E impõe-se, assim, caracterizar a guerra pelo emprego da violência organizada a serviço da Estratégia e, em última análise, da Política Nacional. A guerra fria não é guerra, portanto—o emprego analógico do termo é, sem dúvida, mais pernicioso do que útil.

A agigantada evolução tecnológica dos últimos tempos, aliada às características dinâmicas do atual sistema de Estados-Nações,

deu lugar ao fenômeno, redivivo em nosso tempo, da totalização da guerra: extensão desta a todo o território amigo e inimigo, devido ao alcance aumentado dos meios de agressão e à impenhosa integração do esforço nacional; transbordamento a todos os campos—guerra política, guerra econômica e guerra psicossocial, fora do âmbito propriamente militar—e recurso a instrumentos de toda a ordem; tendência à guerra global. Essa guerra total é, afinal, a guerra no seu máximo de violência e para ela o campo militar é nitidamente dominante.

Não obstante, guerras atenuadas—localizadas ou limitadas—continuarão a ocorrer, sobretudo quando o perigo atômico, com os novos engenhos de difícil detenção, ameaça os contendores de recíproca destruição total. Nessas guerras atenuadas, o campo dominante pode não ser, na realidade, o militar, embora se deva admitir sempre o risco de que venha a sê-lo a qualquer momento, por um aumento subitâneo do coeficiente de violência. É que o campo militar, nessas formas de guerra, é, embora apenas potencialmente, também o campo dominante.

O conceito de guerra total é no fundo, afinal, um verdadeiro conceito-limite.

A estrutura conceptual da Segurança Nacional, que vimos de esboçar em suas grandes linhas, haveria de corresponder uma metodologia de planejamento (*esquema 2*).

Todo o planejamento de Segurança Nacional não poderia deixar de basear-se nos Objetivos Nacionais Permanentes (O.N.P.), guiar-se pelo princípio fundamental da adaptação recíproca dos meios e fins e adotar o método das aproximações sucessivas.

Assim, mediante uma Avaliação Estratégica da Conjuntura, estabelece-se—ou atualiza-se em permanência—um Conceito Estratégico Nacional (C.E.N.), o qual define:

- os Objetivos Nacionais Atuais; e
- as correspondentes Políticas de Consecução (linhas de ação adotadas).

Nesse C.E.N. vêm também referidas:

- as Hipóteses de Guerra (H.G.) que se devem considerar—antagonismos que podem levar à guerra; e
- as Áreas Estratégicas principais.

Diretrizes Governamentais definirão, a seguir e para cada campo (o político, o psicossocial, o econômico e o militar):

- os objetivos particulares a alcançar;
- as correspondentes linhas de ação;
- as condições de planejamento e de execução.

Quanto ao planejamento propriamente dito, é conveniente desdobrá-lo em:

- planejamento da Informação Estratégica;
- planejamento do Fortalecimento do Potencial Nacional; e

—planejamento de Guerra (inclusive para a segurança interna).

A referência feita acima a áreas estratégicas desde logo põe em evidência um possível e útil desdobramento, no planejamento e aplicação da Estratégia Nacional que, a rigor, será sempre global ou universal, em Estratégias regionais, entre as quais cabem as Estratégias de âmbito continental. Semelhantemente, distinguir-se-iam, quando conveniente, e com referência ao território nacional, uma Estratégia de aplicação interna e outra para a ação externa, correspondentes aos tradicionais setores da Política.

Com base em idêntica estrutura de conceitos, entender-se-ia, ademais, a formulação da Estratégia de coligações de Estados ou de organismos regionais de segurança coletiva, fundamentadas estas em objetivos comuns que traduzam as aspirações e interesses coletivos, como tais reconhecidos por todas as nações integrantes se voluntariamente, de fato, ou sob coação mais ou menos sutil, seria particularidade a considerar devidamente, mas que não teria decisiva influência na geral conceituação do problema.

Importa ainda observar que a conjuntura internacional, em cada período histórico, se caracteriza sempre pela manifestação de um *antagonismo dominante* entre duas nações ou coligações de nações—um deles, o “grande perturbador”, na terminologia do Almirante Castex—o que, na realidade, empresta um colorido especial a todo o sistema de relações internacionais no planêta. Isso é sobretudo verdadeiro no mundo de hoje, dado o maior entrelaçamento de interesses entre os povos todos da Terra. Assim, não há Estratégia Nacional que valha, se não buscar enquadrar-se numa perspectiva objetiva da conjuntura mundial, que só poderá ser fornecida pela análise estratégica do antagonismo dominante do momento.

Para traçar a sua Estratégia, um Estado qualquer, por mais fraco que seja, precisa olhar, assim, o mundo ao largo, em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prever-lhes o desfecho.

Não fará boa Estratégia o Estado que não disponha, nos dias que correm, de um sismógrafo estratégico da maior sensibilidade.

DISCUSSÃO DOS CONCEITOS DE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA

VEJAMOS AGORA como conceituar mais justamente a Geopolítica e sua subsidiária, a Geoestratégia, de modo a enquadrá-las no panorama conceptual, que vimos de esboçar, da Segurança Nacional.

De pouco valor para tanto seria, por certo, o recorrermos aqui às inúmeras definições e conceituações propostas, dada a enorme divergência de pontos de vista a que, de início, nos referimos.

Uma pequena amostra poderá, no entanto, servir de expressiva ilustração.

Começemos por Kjellén, tanto mais que sua real contribuição, avaliada pelos padrões atuais, cinge-se a pouco mais de haver forjado uma denominação que encontraria amplíssima repercussão, e ter lutado pelo reconhecimento de uma justa autonomia para os estudos de natureza geopolítica. Suas concepções, porém, animadas por um organicismo demasiadamente ao pé da letra, acham-se, na verdade, quase de todo ultrapassadas, delas restando apenas aquilo que fora buscar de empréstimo ao pensamento ratzeliano.

De Kjellén é a conhecida definição:

“A Geopolítica é o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenómeno localizado em certo espaço da terra—logo, do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político (Reich)”;

e sabido é que a propôs como um dos ramos da Política.

Em sua obra fundamental—“O Estado como Estrutura Vital” (*Staten som Lifsform*—1916)—dizia ele a respeito do seu sistema de Política:

“É fácil agora distinguir os limites naturais de nossa ciência em relação aos outros domínios do conhecimento humano. Sua ala esquerda é—não a geografia—antes, a geopolítica, cujo objeto de estudo não é a terra, mas sempre, e exclusivamente, a terra permeada pela organização política, isto é, o domínio político. A sua ala direita, semelhantemente, não é a política constitucional, mas a política da soberania (do poder soberano). No centro, situa-se a teoria da massa humana, politicamente organizada, que leva a cabo as atividades do Estado, vale dizer, do povo.”

Daí a conhecida divisão da Política em Geopolítica, Demopolítica, Ecopolítica, Sociopolítica e Cratopolítica.

Por outro lado, distinguindo sempre a Geopolítica da Geografia, Kjellén esclarece:

“Como ciência política, ela (a Geopolítica) tem sempre em vista o Estado como uma unidade e contribui para o entendimento de sua natureza; enquanto a Geografia Política estuda a terra como sede de comunidades humanas, em relação a seus outros atributos.”

A posição de Kjellén foi, entre nós, divulgada por Backheuser, com a mais absoluta fidelidade:

—quanto à geopolítica pura, um dos ramos da Ciência Política e, pois, ciência também—“A Geopolítica é o estudo dos processos políticos que ocorrem em dependência do solo dos Estados”;

—quanto à dualidade fundamental dos estudos geopolíticos—“A Geopolítica (como de resto qualquer ciência abstrato-concreta) pode evidentemente ser encarada em dois quadros diferentes, harmônicos entre si, embora cada qual colimando seu objetivo (próprio): o quadro geral—de ciência pura; e o quadro particular—de ciência de aplicação—orientado para determinado setor, o qual, na hipótese especial da Geopolítica, pode ser um único Estado (seja o Brasil), um grupo de Estados, ou até um Continente em conjunto”;

—quanto à Geopolítica aplicada—“é a política feita em decorrência das condições geográficas” ou, mais precisamente, “a parte da superior administração do Estado que traça as linhas mestras, para a investigação, valorização e exploração do solo do país, no seu triplice aspecto: de *territorium* (ou seja de espaço político), de *situação geográfica* e de *dominium* (isto é, de riqueza patente ou latente)”;

daí a afirmação: “É lógico, em consequência, que não possa haver uma geopolítica de caráter geral, mas sim, exclusivamente, uma geopolítica para cada país”—afirmação que não teria sentido se referida a uma ciência pura;

—quanto às relações com a ciência geográfica: “a doutrina de Kjellén [...] é de política e não de geografia”, e, noutra passagem, “a geografia política é o elo que une a geografia à geopolítica”.

Seria com a escola alemã, sob a égide de Haushofer, que se perderiam de todo os iniciais contornos bem definidos do conhecimento geopolítico, o qual transbordaria largamente sobre todos os setores do conhecimento humano, sem peias metodológicas nem restrições de objeto ou de finalidade, distorcendo conceitos em busca de audaciosas generalizações e valendo-se muitas vezes de falsas analogias, mas num esforço de integração que teria, no fundo, várias consequências benéficas, porque respondia de fato a uma necessidade da época histórica que atravessamos, a despeito mesmo de que se pusesse a serviço de indistigáveis e rudes aspirações imperialistas.

“Desvios heterodoxos da doutrina”—assim os qualificaria Backheuser. Era muito mais do que isso. Como Jean Gottman salienta, “era um sistema no sentido mais amplo do termo, prestes a

absorver toda a ciência política, todas as ciências sociais". "Uma paciência geográfico-histórica", no dizer de Vicens Vives.

As definições e redefinições, acompanhadas de acesa discussão, sucedem-se num caos avassalador e nem mesmo acordos oficiais entre os "4 Grandes" da Geopolítica—(Haushofer, Obst, Lautensach e Maull)—, manifestos oficiais e declarações de ortodoxia conseguem deter a confusão generalizada que acabaria por esterilizar um admirável impulso de sistematização de conhecimentos e de análise interpretativa da vida de relações dos Estados.

Haushofer proclamara: "A Geopolítica é a ciência das relações entre a terra e o desenvolvimento político"; e, buscando caracterizar seu direito à autonomia:

—a Geografia Política é "a doutrina da compartimentação do poder estatal no espaço da superfície terrestre e de sua determinação pela forma e estrutura, clima e vegetação do solo", enquanto a Geopolítica seria "a ciência das formas da vida política nos espaços vitais naturais, consideradas através do processo histórico, em sua vinculação com o meio ambiente".

O *Lebensraum*, um conceito difuso de espaço vital que se amoldaria a todos os ideais imperialistas, perseguiria, fatídico, desde o berço, a Geopolítica alemã para entregá-la afinal, como poderosa e sutil arma de guerra nova, em mãos da megalomania histérica de Hitler.

Iria a Geopolítica se despersonalizando aos poucos e se descaracterizando, para esboroar-se, por fim, nem ciência nem arte, nem geografia nem política, como mera racionalização tumultuária e febril de uma insaciável sede de poder.

Um simples apanhado de algumas proposições, colhidas aqui e acolá na profusa literatura da geopolítica difundida pela Escola de Munique, basta para ressaltar as incoerências flagrantes, as divergências profundas de natureza, de conteúdo e de finalidade:

—“Geopolítica é a doutrina do poder do Estado na terra”.

—“Geopolítica é a ciência que trata dos organismos políticos espaciais e de sua estrutura”.

—“Geopolítica é o fundamento científico da arte da ação política na luta de vida e morte entre os organismos estatais pelo espaço vital”.

—“A Geopolítica deve ser entendida como “a ciência das relações entre o espaço e a política, que visa particularmente a mostrar como o conhecimento geográfico pode ser transformado em equipamento intelectual para o líder político”.

—“A Geopolítica é a ciência das características territoriais e raciais que determinam o desenvolvimento dos povos e dos Estados” (acordo de 10 de dezembro de 1936).

—“A Geopolítica surgiu da Geografia Política. Ela ativa o re-

positório de conhecimentos desta última e põe-no a serviço do líder político” (Haushofer).

—“A Geopolítica diz respeito às necessidades de espaço de um Estado, enquanto a Geografia Política apenas examina seu condicionamento espacial” (Otto Maull).

—“A Geopolítica é ciência de aplicação e nada mais do que Geografia Política aplicada” (Maull).

—“A Geopolítica não se ocupa da paisagem política, mas de processos políticos em correlação com o solo” (Maull).

—“Devemos, ademais, estudar a Geopolítica com vistas ao presente e ao futuro, antes do que ao passado” (Haushofer).

—“A Geopolítica é a ciência que trata da dependência dos acontecimentos políticos em relação ao solo. Baseia-se nos amplos fundamentos da Geografia, em particular da Geografia Política, a qual é a doutrina dos organismos políticos espaciais e de sua estrutura[...] A Geopolítica visa a fornecer o equipamento para a ação política e um guia na vida política[...] A Geopolítica deve tornar-se a consciência geográfica do Estado” (*Zeitschrift für Geopolitik*).

—“A Geopolítica é a ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos” (Lautensach, Maull e outros).

—“A Geografia Política é ‘estática’, enquanto a Geopolítica é ‘dinâmica’ (Lautensach); a primeira é como um ‘instantâneo’, e, a segunda, ‘uma película cinematográfica’ de um mesmo processo geral” (Hennig).

—“A Geografia Política trata ‘dos vínculos geográficos da história política’, enquanto a Geopolítica propõe ‘uma política estatal de conformidade com os vínculos geográficos da Política’” (Passarge).

—“A Geopolítica é o instrumento geográfico da ciência política” (Adolf Grabowsky).

—“A Geopolítica é tanto ciência como política. É uma ciência política nacional” (Heinz Kloss).

—“A Geopolítica visa a ser uma ciência aplicada, buscando traçar diretrizes para a ação política” (Karl Schmidt).

—“A Geografia Política é uma ciência do espaço. Assim, orienta-se para o passado, enquanto a Geopolítica se volve para o futuro. A primeira mostra como o espaço influi no Estado, impondo-lhe suas leis e, por assim dizer, submergindo-o. A Geopolítica considera como o Estado supera as condições e leis do espaço e faz com que estas ambas sirvam a seus propósitos. A primeira dá maior ênfase à simples apresentação das características do espaço. A segunda focaliza as necessidades de espaço, com o objetivo expresso de descobrir normas para a conduta do Estado num espaço sempre em expansão. Em resumo: a Geografia Política encara o Estado do ponto de vista do Espaço; a Geo-

política encara o espaço do ponto de vista do Estado" (Otto Schäfer).

—“A Geopolítica deseja fornecer elementos à ação política e quer ser um guia para a vida prática. Assim, permite a esta passar do saber ao poder. [A Geopolítica] pretende ser a consciência geográfica do Estado” (Hennig).

Para que mais citações? Ciência pura, ciência aplicada, doutrina, teoria de arte política, mobilização de conhecimentos para a ação política, guia e diretriz para o Estado, simples aplicação da Geografia Política; Poder, Espaço, Solo, Espaço Vital e até mesmo Raça; organismos políticos, luta entre Estados, dinâmica do poder, consciência geográfica, tanto como o esotérico sentido espacial (*Raumsinn*), o ideal autárquico, a noção de pan-regiões, os manômetros políticos, as torções geopolíticas—não temos aí um aglomerado heterogêneo e por vezes incoerente e contraditório, em que muitas idéias justas e conceitos fecundos se entremeiam com um determinismo rígido, um organicismo materialista e estreito, uma mística pseudocientífica e o arrogante espírito imperialista de um nacionalismo racial, agressivo e turbulento?

Dentro desse caos sem fronteiras proliferariam as “ciências” novas—uma Política do Espaço (*Raumpolitik*), uma Geodinâmica política, uma Geoeconomia, uma Biopolítica, uma Eticopolítica também, a Geomedicina de Finke, a Geojurisprudência de Frank, a Geopsicologia de Hellpach e seu estranho fator psicótropo—quase todas postas de lado hoje no mais completo esquecimento—e, finalmente, a *Wehr-geopolitik*, Geopolítica Militar que, com o nome sugestivo de Geoestratégia, está revivendo em nossos dias uma indiscutível projeção.

A “explosão geopolítica” da Escola de Munique, desencadeada por aquele aprendiz de feiticeiro que foi, afinal, Haushofer, comprometida por sua associação cada vez mais íntima com um racismo jactancioso, ressentido, irracional e apaixonado que cometeria genocídios tremendos, responsabilizada por ter estimulado, no Ocidente, a catastrófica paranóia imperialista de Hitler e, no Pacífico, com o Memorial Tanaka, o insaciável apetite do imperialismo nipônico, haveria de despertar reações incontrolladas que só o tempo acalmaria por fim, permitindo avaliar-se, com realismo e serenidade, a contribuição original que de fato ela trouxe à Ciência Geográfica, de um lado, e, do outro, à Estratégia e à Política.

Em nada facilitaria—antes, dificultaria de muito—essa justa e tardia revisão valorativa a existência de fronteiras sempre imprecisas entre a Geopolítica malsinada e a já tradicional Geografia Política, cada qual lutando até hoje por uma hegemonia, quando não por um exclusivismo realmente injustificável.

É assim que Jorge Renner, por exemplo, chega a afirmar:

“A Geopolítica pode ser considerada como uma designação

abreviada da Geografia Política, tal como Geoeconomia é abreviatura para Geografia Econômica”. E acrescenta: “Assim definida e clarificada por Taylor (Griffith Taylor), Geopolítica, pode concluir-se, é sinônimo de Geografia Política; a dessemelhança entre as duas, portanto, resultou, não de uma disparidade entre os assuntos tratados, mas sim de uma diferença entre os geógrafos alemães vivendo sob um clima de psicose nacional e os geógrafos não-germânicos dos regimes democráticos. Praticamente todos os geógrafos e a maioria dos cientistas da política e historiadores sabiam que a Geografia Política e a Geopolítica tinham as mesmas raízes e, portanto, não buscaram estabelecer qualquer dicotomia fundamental entre os dois termos.”

Não chega a ser estranho, pois, que Renner venha a dizer em outra passagem:

“A Geografia, ciência social, pode ser definida como a estratégia de homens, de espaço e de recursos” (naturais).

Vencido aos poucos, porém, esse espírito unilateral e negatista, já abre caminho uma compreensão mais equilibrada da significação dos estudos geopolíticos cuja autonomia de objeto e de método vem aos poucos admitida. O reconhecimento pelo pensamento político norte-americano das responsabilidades mundiais de fato assumidas, quase a contragosto, pelos Estados Unidos da América como país líder da civilização ocidental, alertou em boa hora os cientistas e estadistas desse país para a potencialidade inegável da Geopolítica como instrumento de análise e de fundamentação, no formular e conduzir uma política exterior, necessariamente ecumênica. Spykman, Strausz-Hupé, Possony, o Rev. Walsh, Brooks Emeny, Weigert, Schuman, James Burnham, Carr, Culbertson e tantos outros vão contribuindo decisivamente para restabelecer a Geopolítica em seu justo domínio e seu valor efetivo.

E do próprio Spykman é a definição bastante objetiva: Geopolítica é “o planejamento da política de segurança de um país em termos de seus fatores geográficos”.

Comparemo-la com a de Strausz-Hupé:

—a Geopolítica como “um projeto de estratégia política de caráter global”;

e com a definição já antes citada de Everardo Backheuser:

—a Geopolítica como “política feita em decorrência das condições geográficas”.

Deixemos de lado, quanto à fórmula de Spykman, o emprego pouco feliz do termo “planejamento”, por demais inclusivo na acepção que lhe é hoje justa e amplamente reconhecida, e o qual vem ali, entende-se, usado como sinônimo de simples diretriz, orientação geral, conceito nuclear; e admitamos, pois, a expressão “planejamento[...]” em termos de seus fatores geográficos”, como significando, mais precisamente, “diretriz ou orientação

traçada com base nos fatores geográficos”; não obstante, a definição em apreço é, a nosso ver, ainda restrita por se limitar à “política de segurança nacional”, isto é, à Estratégia, tal como a conceituamos em seu amplo significado atual de Estratégia Geral, integrada e global. Feitas aquelas duas primeiras pequenas ressalvas, a proposição de Spykman vem a calhar para o que se denominaria, mais exatamente, de Geoestratégia, ou seja, a fundamentação geográfica de uma diretriz estratégica.

Quanto à definição de Strausz-Hupé, com toda a sua ambigüidade no emprego da expressão “estratégia política”, que não se sabe se identificá-la com o ramo político da Estratégia Geral ou se interpretá-la como referida, exclusivamente, ao campo internacional, de âmbito necessariamente universal—a ênfase dada à idéia de “projeto”, de simples proposta, de diretriz apresentada em caráter apenas tentativo representa o reconhecimento expresso de que os fatores geográficos, por mais que se lhes ampliem a extensão e a influência sob a capa de conceitos relacionais—geoeconômicos, geomilitares, etc.—, não se devem considerar, em absoluto, como rígidas determinantes de uma orientação política ou estratégica que se quer objetiva e realista, para que seja prática e eficiente.

Da feliz asserção de Backheuser, nada temos a dizer quanto ao âmbito mais vasto que atribui à Geopolítica; apenas, julgamos útil ponderar o leve sabor determinista que consigo traz a locução “*em decorrência* das condições geográficas”, nada de admirar em quem aplaude Kjellén por considerar o Estado “fundamentalmente, essencialmente, *um ser vivo*” e faz questão de defender a Ratzel e o determinismo geográfico contra a escola possibilista de Vidal de la Blache, de Brunhes e de Vallaux.

Ora, a análise das três definições que selecionamos acima, se a referirmos ao quadro conceptual já traçado de uma doutrina brasileira de segurança nacional, permite-nos—cremos sinceramente—situar a Geopolítica e a Geoestratégia como fundamentação geográfica, respectivamente, de uma Política e uma Estratégia Nacionais, capaz de propor, tanto em relação a uma como à outra, diretrizes gerais que, em face de fatores e condicionamentos de outra ordem, poderão ser aceitas ou rejeitadas *in limine*, quando não apenas provisoriamente postas de lado à espera de melhores tempos.

Temos, pois, que a Geopolítica, baseada na ciência geográfica e, em particular, no ramo denominado Geografia Política, serve de fundamentação geográfica e propõe diretrizes, calcadas nos conceitos básicos de espaço e de posição, à Política Nacional, tanto no domínio não-estratégico desta e onde se visa ao bem-estar, ao progresso, ao desenvolvimento atingíveis sem a ameaça de antagonismos internos ou externos, quanto na esfera da segurança nacional, isto é, da Estratégia. Neste último caso, surge

então a Geoestratégia, a rigor entendida como a Geopolítica de segurança nacional.

No âmbito da Geoestratégia, sabido é que os fatores geográficos condicionam mais ou menos severamente todos os elementos e fundamentos do Poder e do Potencial Nacionais, sejam propriamente políticos, sejam econômicos, psicossociais ou militares, e, portanto, proporcionam uma fundamentação e a proposição de diretrizes a qualquer das componentes admitidas da Estratégia Geral. Há, pois, por onde aceitar-se a decomposição da Geoestratégia, também, em capítulos, sem dúvida interdependentes, mas, nem por isso, menos separáveis para análise e estudo mais detido—uma Geoestratégia política, uma Geoestratégia psicossocial, uma Geoestratégia econômica e, finalmente, uma Geoestratégia militar.

A adoção do título de Geoestratégia para o que, na verdade, é nada mais do que uma Geoestratégia militar, muito restrita e unilateral apesar de se lhe proclamar uma visão global—global no espaço terrestre, mas restrita no que se refere à amplitude da ação estratégica hoje estendida, com redobradas razões, aos campos econômico e psicossocial—é bem um atestado do que, com toda a propriedade sociológica, se deve estigmatizar como “retardo cultural”—o aceitar-se conscientemente certas generalizações e progressos em face da evidência indiscutível e real, mas, em determinados setores restritos, continuar a apegar-se a fórmulas cediças e a conceitos obsoletos. Neste particular, é com surpresa que vemos filiarem-se a tal corrente muitos nomes representativos do pensamento militar francês que nos deu um Castex e toda a sua admirável visão estratégica universalizadora e bem integrada. O pequeno volume *Geopolítica e Geoestratégia*, do Comandante Pierre Célérier, sob muitos títulos interessante e útil, é bem uma demonstração clara da confusão que ainda perdura e urge bem superar.

Por outro lado, haveria por que indagar da não viabilidade de estudos autônomos sobre os fundamentos econômicos, por exemplo, da Estratégia e da Política—uma Ecoestratégia, a par da Ecopolítica preconizada em vão por Kjellén. É que, parecem-nos, entre os fundamentos do Poder Nacional e, pois, tanto da Estratégia como da Política, há que reconhecer uma hierarquia que os dispõe em duas categorias ou ordens: a dos fundamentos geográficos, muito mais estáveis e definidos, servindo de condicionamento, por sua vez, aos fundamentos políticos, econômicos, psicossociais e militares. Assim sendo, a geografia os penetra a todos e, portanto, influi igualmente em cada um dos ramos da Estratégia e da Política; enquanto os fundamentos da segunda ordem—políticos, psicossociais, econômicos e militares—o são de fato do ramo que lhes corresponde, é claro que sem prejuízo das inter-relações plenamente reconhecidas entre todos estes, no seio

da Estratégia Geral ou da Política. A Ecoestratégia, como a Ecopolítica, equivaleria, afinal, à própria Estratégia Econômica. Quão diferente seria identificar a Geopolítica ou Geoestratégia a uma Política ou Estratégia espaciais, que nenhum sentido teriam se referidas a puros valores do espaço! Lembremo-nos da conhecida frase de Jean Gottman: "No espaço, é o homem organizado que conta."

5

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA BRASILEIRAS

ACEITA A CARACTERIZAÇÃO anterior da Geopolítica e da Geoestratégia e sua subordinação respectiva à Política e à Estratégia, em proveito das quais realizam análises referidas às coordenadas fundamentais de espaço e de posição e formulam suas concepções, seus projetos, suas propostas de ação, resulta desde logo evidente se devam ambas rigorosamente ajustar aos Objetivos—Permanentes ou Atuais—como tais reconhecidos por aquelas.

É certo—já o dissemos de passagem—que admitem os Objetivos Nacionais Permanentes um núcleo universal e constante que integra, sob o interesse vital de sobrevivência, as idéias-forças de autodeterminação, de integração, de bem-estar, prosperidade e prestígio, as quais, por sua vez, polarizam uma constelação de valores e ideais sociais, tanto políticos como econômicos e éticos, diferindo largamente de país a país e de cultura a cultura.

A sobrevivência sem qualquer dose apreciável de autodeterminação ou soberania seria em verdade, no mundo dos Estados-Nações que ainda hoje nos rodeia, apesar de certos sintomas indiscutíveis de transmutação em processo de todo o sistema, uma contradição insolúvel ou mera ficção jurídica; algo sobreviveria sempre, por certo, mas nunca um Estado, o que não significa dizer-se, em contraposição, que o próprio Estado, soberano de fato, não admita, ele próprio, autolimitações maiores ou menores de seu poder de soberania, em benefício da paz ou da cooperação internacionais, quando não mesmo em face de certas graves ameaças de sua total destruição. Há, pois, uma gradação bastante extensa na amplitude desse atributo do Estado—simples mirada ao atual panorama internacional de múltiplas dependências mais ou menos estreitas entre todas as Nações mostra-o com toda clareza—; nem por isso, entretanto, podemos considerá-lo sequer como menos essencial.

Por outro lado, a integração sempre crescente do grupo social

que compõe a Nação, tanto sob o ponto de vista político, como psicossocial e econômico, é também condição fundamental da própria sobrevivência do Estado. Essa integração é um processo social, permanente e dinâmico, que apresenta fases críticas de retrocesso e fases positivas de recuperação mais ou menos acelerada, mas desconhece a estagnação duradoura; uma ameaça de desintegração social, de cisão, de cisma no seio da comunidade nacional é sempre um desafio dos mais sérios à própria sobrevivência do Estado-Nação, segundo a lição magistral de Toynbee.

Quanto ao bem-estar, à prosperidade e ao prestígio internacional, além de valores em si mesmos genuínos, é certo que um nível mínimo para cada um deles é de todo indispensável, seja à autodeterminação do Estado, seja mesmo à integração efetiva de seu corpo social.

A sobrevivência, essencial é ainda a manutenção do território, base física do Estado, uma vez que sua mutilação redundará, em qualquer caso, em prejuízo da integração e em redução do bem-estar, da prosperidade e do prestígio nacionais.

No que diz respeito aos Objetivos Nacionais Atuais, semelhantemente condensam-se estes em torno da necessidade de segurança, referida àqueles mesmos Objetivos Permanentes—segurança contra todas as ameaças à sobrevivência do Estado-Nação, portanto, em formulação universalizada.

Assim, qualquer Geopolítica Nacional deve visar, em essência, à sobrevivência do Estado, como entidade internacional dotada de um poder soberano, como organismo social em processo de integração continuada, como Nação próspera e prestigiada no mundo; enquanto toda Geoestratégia Nacional só pode visar à segurança do Estado-Nação—Geopolítica de segurança nacional, tal como antes equacionada.

O que dá, pois, a cada Geopolítica Nacional, como a cada Geoestratégia, um colorido particular, características próprias, um *tonus* mais ou menos alerta, um dinamismo mais ou menos potente, é o complexo hierarquizado de ideais e valores, aspirações e interesses específicos da comunidade considerada, no período histórico que atravessa.

De acordo com tal premissa, será possível vislumbrar desde logo, mesmo sem a detida formulação ou análise dos Objetivos Nacionais Permanentes ou de um Conceito Estratégico Nacional, quais as características principais de uma Geopolítica Brasileira.

Ora, o Brasil, na vastidão de sua hinterlândia—que o inegável senso geopolítico de uma metrópole, a buscar no mundo novo compensações para sua irremediável frustração nas correrias pelo mar-oceano e nas aventuras do Oriente, haveria de criar, mobilizando a inquietude, o arrojo e a cobiça daquela inigualável sub-raça de mamalucos—, é hoje um país territorialmente satisfeito, com amplos espaços ainda quase de todo vazios e praticamente

inexplorados em suas riquezas ainda desconhecidas de fato e apresentando, a saltar aos olhos, um profundo desequilíbrio econômico e cultural entre as regiões de seus diversos quadrantes, os vários Brasis em que realmente se desdobra o panorama continental brasileiro. Nossa Geopolítica deverá ser pois, necessariamente, nesta quadra da vida histórica nacional, ainda uma geopolítica de expansionismo interior, de integração e valorização territoriais, sem quaisquer ressaibos de um imperialismo além-fronteiras descabido e grotesco para quem dispõe, dentro de seu habitat, de todo um império imenso a construir.

O Brasil é, por outro lado, uma nação em crítico e ainda rudimentar estágio de seu desenvolvimento econômico e social e, pois, um país potencialmente agredido que se situa na periferia retardatária de um mundo em vertiginosa ascensão para novos e revolucionários padrões e cujo dinamismo potente, incoercível, fatal, ameaça transbordar por todo o planeta, submergindo, numa pseudomorfose aviltante e sufocadora, todos os núcleos de civilização e cultura ainda não amadurecidos e suficientemente resistentes. A Geopolítica Brasileira precisa ser, portanto, uma Geopolítica de afirmação no exterior, de presença, de participação tanto mais alerta e ativa quanto as últimas oportunidades se esvaem de uma cooperação verdadeiramente recíproca entre os grandes e os pequenos, os fortes e os fracos, os evoluídos e os imaturos, alicerçada que seja, de fato, em mútuos interesses reais, ainda que desproporcionados, mensuráveis, entretanto, em uma mesma escala de valores. E, além disso, uma Geopolítica coordenada com as diretrizes comuns daquela periferia econômico-social a que pertence ainda o Brasil e que solidarizam, mais ou menos estreitamente, interesses e aspirações semelhantes, a par de ameaças da mesma ordem e de origens idênticas.

O Brasil é também uma nação que, pela sua origem cristã e os valores democráticos e liberais que substanciam a cultura ainda em germe nesta fronteira em expansão, integra o Mundo do Ocidente, hoje, como nunca, ameaçado também pelo dinamismo imperialista e o imperialismo ideológico da civilização materialista que tem seu fulcro esteado no coração maciço da Eurásia. E nossa Geopolítica terá de ser, por conseguinte, uma Geopolítica consciente e decididamente partícipe da Geoestratégia defensiva da Civilização Ocidental, a cujos destinos temos os nossos indissoluvelmente ligados, quer o queiramos ou não.

O Brasil é, finalmente, um império cujas "marcas" desprotegidas e despovoadas de vasto hemicírculo nos quadrantes do norte, noroeste e oeste constituem pólos de atração e fatores de estímulo a desvarios, sempre possíveis, por parte de vizinhos menos aquinhoados de riquezas e terras e que, ao sul, se defronta ainda com os resíduos, de forma alguma insubstanciais, de uma tradicional rivalidade de cunho hegemônico que o tempo e a evolução não

chegaram a dissolver completamente e a sepultar no passado. Enquanto, pois, não venham a perder de todo a sua real significação essas ameaças periféricas, diluídas que o sejam afinal na moldagem bem concluída de uma consciência coletiva da América Latina ou de uma Pan-América maior, sendo superadas por desnível acentuado entre o grau de progresso que alcance o Brasil, e o das repúblicas vizinhas em bases físicas e demográficas mais minguadas—a Geopolítica, a Geoestratégia brasileira não poderá deixar de permanecer atenta ao problema da segurança de suas lindas fronteiriças em todo o perímetro continental. Será, nesse particular, uma Geoestratégia de contenção, em grande parte preventiva.

Geopolítica e Geoestratégia de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da Civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo subdesenvolvido do continente e de além-mar e ao mesmo passo de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura—a Geopolítica e a Geoestratégia brasileiras necessariamente se inserem nos quadros, sucessivamente mais amplos, de uma Geopolítica e Geoestratégia para o bloco latino-americano, de uma Geopolítica e Geoestratégia continentais, de uma Geopolítica e Geoestratégia de todo o mundo ocidental.

A sua formulação pois—sejam, embora, das mais gerais as linhas segundo as quais se quiser fazê-la—torna-se indispensável uma perspectiva geopolítica e geoestratégica do mundo ecumênico que nos envolve em âmbitos cada vez mais dilatados, sob o signo, porém, sempre presente do antagonismo principal da quadra histórica que vivemos. Uma revista das várias teorias ou cosmovisões ou *Weltanschauungen* geopolíticas que interpretam as tensões mundiais dominantes, impõe-se, assim, como insubstituível pano de fundo à mais simples apreciação da Geopolítica e da Geoestratégia brasileiras.

Mas estas só merecerão esse nome de brasileiras se para elas, de fato, o Brasil for o centro do universo ou, melhor, o umbigo do mundo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. Backheuser, Everardo, *A Estrutura Política do Brasil—I—Notas Prévias*, Mendonça, Machado & Cia., Rio de Janeiro, 1926.
2. Bouthoul, Gaston, *Las Guerras*, Biblioteca del Oficial, Buenos Aires, 1956.
3. Camon, General, *La Guerre Napoléonienne*, Berger-Levrault, Paris, 1907-1925.

- Le Système de Guerre de Napoléon*, Berger—Levrault, Paris, 1923.
 —*Quand et comment Napoléon a conçu son système de bataille*, Berger—Levrault, Paris, 1935.
4. Carr, Edward Hallett, *Conditions of Peace*, The Macmillan Co., New York, 1942.
 5. Célérier, Commandante Pierre, *Géopolitique et Géostratégie*, coleção "Que Sais-je?", Presses Universitaires de France, Paris, 1955.
 6. Clausewitz, Karl von, *On War*, The Modern Library, New York, 1943.
 7. Clemenceau, Georges, *Grandeurs et Misères d'une Victoire*, Plon, Paris, 1930.
 8. Colin, J., *Les Transformations de la Guerre*, Flammarion, Ed., Paris, 1911.
 9. Delbrück, Dr. Hans, *Ludendorff peint par lui-même*, Payot, Paris, 1922.
 10. Foch, Mar., *Mémoires*, Plon, Paris, 1931.
 —*Des Principes de la Guerre*, Berger—Levrault, Paris, 1921.
 —*De la Conduite de la Guerre*, Berger—Levrault, Paris, 1933.
 11. Foch, Mar. e outros, *La Doctrina Francesa de la Guerra*, Biblioteca Militar, Madrid, 1920.
 12. Fonseca Jr., Cel. Leopoldo Nery da, *Geopolítica*, Bedeschi, Rio de Janeiro, 1940.
 13. Garthoff, Raymond L., *Doutrina Militar Soviética*, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1957.
 14. Hart, Liddell, *The British Way in Warfare*, Faber and Faber Limited, London, 1932.
 —*Les Guerres Décisives de l'Histoire*, Payot, Paris, 1933.
 15. Jomini, *A Arte da Guerra*, Biblioteca Militar e Gráfica Laemmert, Rio de Janeiro.
 16. Loizeau, Colonel L., *Succès Stratégiques, Succès Tactiques*, Berger—Levrault, Paris, 1931.
 17. Ludendorff, Erich, *Conduite de la Guerre et Politique*, Berger—Levrault, França.
 18. Magalhães, Cel. J.B., *Civilização, Guerra e Chefes Militares*, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1958.
 19. Maquiavel, *A Arte da Guerra*, Ed. Peixoto, Rio de Janeiro, 1944.
 20. Schlieffen, Mar. Conde von, *Cannas*, Biblioteca del Oficial, Buenos Aires, 1930.
 21. Schneider, Lt. Colonel Fernand, *Histoire des Doctrines Militaires*, coleção "Que Sais-je?", Presses Universitaires de France, Paris, 1957.
 22. Yutang, Lin, *Entre Lágrimas y Risas*, Editora Sudamericana, Buenos Aires.

II

DOIS PÓLOS DA SEGURANÇA NACIONAL NA AMÉRICA LATINA—1959

ESTUDANDO, num ensaio anterior,* a posição geopolítica do Brasil no contexto da América do Sul, procuramos ressaltar, ao longo de nossas vastas e abertas fronteiras continentais, ainda

* *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, 1952 (ver 1.ª Parte—I).

em grande parte mal guarnecidas ou de todo desertas, os setores de vulnerabilidade maior e menor a pressões externas, tanto atuais como, sobretudo, potenciais, originárias dos centros de dinamismo mais intenso que, de sul a norte, debruam, entre 600 e 800 km de permeabilidade muito desigual, a nossa extensa linda fronteira. E assinalamos também, sempre que foi o caso, o prolongamento de tais ameaças a regiões mais sensíveis de nosso litoral atlântico.

Em tais considerações, baseamo-nos, fundamentalmente, na inquestionável realidade plasmadora do meio físico sul-americano que orienta, condicionando-a em suas grandes linhas, através dos obstáculos que apresenta e das vias de acesso que propicia, como dos recursos de toda ordem que, aqui e acolá, oferece, a expansão forçosa dos vários pólos de irradiação humana que, historicamente implantados no isolamento de algumas brechas mais favoráveis do perímetro litorâneo, de um e outro lado das abruptas cumeadas andinas, da Hiléia impenetrável e agressiva, do sertão adusto do Nordeste, da exsida planície central do Chaco e do pampa interminável ou das castigadas plataformas patagônicas do Sul, foram e continuam aos poucos se ampliando, destacando tentáculos, projetando rebentos ao longe e soldando-se por anastomoses, numa talvez desordenada mas, nem por isso, menos efetiva e vigorosa ocupação paulatina do habitat imenso que a onda explosiva de um crescimento demográfico incomparável febrilmente e sem cessar impulsiona. Não tardará muito, pois—na perspectiva mais ampla da vida das nações—, que as vagas de povoamento, provindas de quadrantes diversos e que, no terço inferior dos caudais platinos, já entestam em crescente pressão, acabem por defrontar-se e cerrar mais intimamente umas contra as outras, no restante de uma fronteira que hoje é pouco mais ainda do que mera definição cartográfica. E, então, tudo leva a crer, mesmo sem exagerados pessimismos, que problemas novos de antagonismos surgirão, velhas controvérsias, de conteúdo dantes quase teórico e livresco, venham a ressurgir ao acicate de interesses reais, polarizem-se de fato as tensões ainda imprecisas em zonas de fricção hoje, por assim dizer, submersas no grande vazio do indiferentismo bilateral que a distância e o deserto, afinal, plenamente justificam.

A história de todos os povos aí está para testemunhar que, se o contacto intenso favorece, através do intercâmbio mutuamente vantajoso e do conhecimento recíproco, a amizade e a colaboração internacionais, estas só se vêm, em geral, a concretizar após um período, mais ou menos dilatado, de conflitos e choques, de lutas ostensivas ou surdas pela hegemonia, pela dominação, por uma influência maior, processo através do qual se acabe por atingir uma situação de estabilidade mais durável e profícua.

A tranquilidade embaladora de uma confortável convivência